

O POST-MORTEM GUARANI: QUESTIONAMENTOS A PARTIR DA HIERARQUIA FÚNEBRE CATÓLICA DO BRASIL COLONIAL (SÉCULO XVIII)

Francielle de Souza¹

Resumo: O presente artigo foi produzido de modo a abordar a temática do indígena Guarani sob perspectivas que promovem sua autenticidade e protagonismo nas relações sociais do período colonial brasileiro. Utilizamos como base as reflexões que John Monteiro faz sobre as possibilidades que a história indígena apresenta para a historiografia. Através de estudos sobre a distribuição das sepulturas de escravos nos cemitérios e campos santos, encabeçados, neste caso, pela tese de Julio Cesar M. P. da Silva, propomos um estudo no mesmo sentido, com a dinâmica funerária a qual se encontraram os indígenas da localidade de Rio Grande de São Pedro, atual cidade do Rio Grande, no Rio Grande do Sul do século XVIII. Objetivamos investigar de que forma do Guarani utilizou-se da religiosidade católica para sobreviver ao impacto da sociedade colonial.

Palavras-chave: Brasil colonial; registros paroquiais; indígenas Guarani; hierarquia.

¹ Graduanda em História – Bacharelado e Licenciatura, pela Universidade Federal do Paraná, desenvolve pesquisas sobre História do Brasil Colonial, com foco na História indígena e hierarquias sociais.

Abstract: The present article was written in a way to approach the Guarani's topic under perspectives that promote their authenticity and lead in the social relationships during the Brazilian colonial period. John Monteiro's reflections about the possibilities that the Indian history brings to the historiography were the base of this project. Through studies about the distribution of black slave's graves in graveyards and sacred fields, headed, in this case, by the thesis of Julio Cesar M. P. da Silva, a similar work is intended, but now with the funeral dynamic in which were found the Indians of Rio Grande de São Pedro's area, current city of Rio Grande, in the 21st century's Rio Grande do Sul. This article searchs to investigate in which way the Guarani made use of the catholic religion to survive the impact of the colonial society.

Key-words: Colonial Brazil; parochial records; Indians Guarani; hierarchy.

Este artigo tem como objetivo reunir possibilidades de se trabalhar com documentos paroquiais produzidos durante o período colonial brasileiro que chegaram até nós. Nossa proposta é a investigação nos registros de óbitos o local, ou locais, destinado(s) pela Igreja Católica para inumar indígenas dentro do âmbito de importância que a religião cristã atribuiu ao ato de enterrar seus fiéis, e no complexo contexto do indígena e suas relações com os europeus e as práticas

católicas. Estudos que traçam este percurso foram feitos na última década com foco na parcela de escravos africanos e seus descendentes, explorando a proximidade das relações entre a esfera civil e a religiosa na colônia, a grande procura por uma “boa morte” através da organização de escravos em Irmandades, as relações entre a sociedade e a morte, entre outros assuntos que nos é de interesse. Através de um exercício parecido com o destes estudos, mas voltado para os dados indígenas obtidos em nossa pesquisa inicial, acreditamos que será possível trazer outras perspectivas sobre a história do indígena no Brasil colônia, e suas relações com a sociedade e a religião cristã que se estabeleceram no território.

Apresentamos aqui, portanto, um esboço do que o historiador Julio Cesar Medeiros da Silva Pereira publicou em sua tese de mestrado “À Flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro”², onde trabalha a morte no cotidiano da sociedade do Rio de Janeiro dos séculos XVIII e XIX para investigar qual seria o motivo que levaria os escravos recém chegados de além mar a serem enterrados em condições tão precárias no Cemitério dos Pretos Novos. Em seguida, através do

² SILVA, Júlio César M. da, “Religiosidade e Morte: lugares fúnebres no Rio de Janeiro dos séculos XVIII a XIX” IN *À Flor da Terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Editora Garamond 2007, pp 31-183.

texto de John Monteiro, “Os Guarani e a História do Brasil Meridional, séculos XVI-XVII”³, pretendemos expor alguns motivos que podem incentivar estudos a trabalharem o indígena como um indivíduo ativo dentro da dinâmica social colonial, dando como exemplo a nossa pesquisa de conclusão de curso, “A distribuição espacial dos enterramentos de índios Guarani na Jurisdição de Rio Grande de São Pedro, 1738/1763”, onde trabalhamos a existência e o significado de diferentes locais de sepultamento onde era possível enterrar indígenas, durante o século XVIII, na localidade de Rio Grande de São Pedro (atual Rio Grande/RS).

Júlio Cesar M. P. da Silva e a hierarquia fúnebre colonial

Julio Cesar M. P. da Silva⁴, historiador e organizador do Instituto de Pesquisa e Memória dos Pretos Novos, explora em sua dissertação de mestrado, “À Flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro”, os rituais religiosos fúnebres que faziam parte da vida social da cidade do Rio de Janeiro, durante os séculos XVIII e

³ MONTEIRO, John. “Os Guarani e a História do Brasil Meridional – Séculos XVI-XVII” IN (org) CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, FAPESP, Secretaria Municipal de Cultura, 2009, pp 475-498.

⁴ <http://lattes.cnpq.br/0622330173835144>

XIX, para investigar os motivos que levavam se enterrar precariamente escravos no Cemitério dos Pretos Novos. Através de uma extensa bibliografia, literatura e fontes documentais de época, o autor explica como a religião católica outorgou-se como sendo o único meio de alcançar a eternidade, através tanto da organização de templos próximos aos cemitérios, de maneira a proteger a memória de seus fiéis e se proteger de perseguições nos momentos iniciais da doutrina, quanto da criação dos sacramentos (batismo, confirmação, comunhão, penitência, extrema unção e matrimônio, citados pelo autor), unicamente ministrados pela Igreja e que marcam ainda hoje a vida do cristão do início ao fim. O que nos interessa neste artigo é justamente a discussão do autor sobre a religiosidade colonial brasileira e sua relação com a parcela mais pobre da população carioca.

O catolicismo organizou-se na colônia a partir das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, documento gerado após o Sínodo Diocesano de 1707, imprimindo as doutrinas do Concílio de Trento em normas de organização da vida social e religiosa colonial. Segundo Julio Cesar, os sacramentos significariam um elo entre a Igreja e o fiel, produzindo rituais que movimentavam uma quantidade expressiva de pessoas nos locais sagrados católicos, as igrejas e os cemitérios. No âmbito da morte, a procissão chamada “viático” era incumbida de levar

o defunto ao seu destino final, além de trazer-lhe os sacramentos de fim de vida, e transmitia toda a significação que esta sociedade possuía com relação ao perdão e ao arrependimento dos pecados, o translado do corpo do defunto ao campo santo simbolizando a viagem que a alma faz quando se desprende do corpo.

“Entendia-se dentro do pensamento católico que o momento da morte era o fim do corpo, mas o início de uma vida no além e para qual o homem deveria estar vigilante. Nesse sentido, certas práticas e rituais eram entendidos como fundamentais para o sucesso do porvir.”⁵

Toda a preparação para o momento da morte, segundo o autor, era comandada pela pessoa doente, sendo a feitura de testamentos muito comum entre a população livre de vários lugares da colônia, espaço onde normalmente se partilhava os bens materiais e se deixava algo para a Igreja que o doente freqüentava para que se ministrassem missas por sua alma posteriormente. O viático organizado pela família do doente, ou pela irmandade a qual este pertencia, fazia parte dos preparativos para que se tivesse uma boa morte, que, segundo o autor,

⁵ SILVA, Júlio César M. da, “Religiosidade e Morte: lugares fúnebres no Rio de Janeiro dos séculos XVIII a XIX” IN *À Flor da Terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Editora Garamond 2007, página 36.

nesta época estava relacionada com o momento da morte do fiel e o lugar onde este seria enterrado⁶. A procissão normalmente reunia várias pessoas, algumas inclusive desconhecidas do defunto, que acompanhavam seu corpo até o destino final. Com esta religiosidade possuindo traços medievais, ser enterrado no interior das igrejas, enterro *ad Sanctus*, significava estar mais próximo de Deus, ou seja, ter uma morte digna de um cristão devoto e merecedor do céu. Este tipo de enterro também servia de maneira a não excluir o morto da sociedade, pois estando próximo dos locais de celebração da fé, as pessoas se lembrariam de destinar orações para as almas dos falecidos assim como de preparar o ritual fúnebre de seus familiares.⁷ Segundo o autor, esse movimento estaria ligado com a intenção da Igreja de ter o legítimo monopólio dos sepultamentos, não admitindo a outra religião este poder.

Quando de sua investigação sobre o Cemitério dos Pretos Novos, o autor realça a importância das Irmandades, que eram organizações formadas por certos tipos de indivíduos, em sua maioria leigos, escravos ou forros, ou mesmo pessoas livres de baixa renda, que

⁶ Ibidem.

⁷ SILVA, Júlio César M. da, “Religiosidade e Morte: lugares fúnebres no Rio de Janeiro dos séculos XVIII a XIX” IN *À Flor da Terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Editora Garamond 2007, página 49.

se prestavam a cuidar dos preparativos para o enterro de seus membros. O autor reconhece nas procissões das irmandades o reflexo da hierarquia da sociedade colonial, que se expressava nos objetos e santos utilizados no translado de seus mortos, assim como o lugar e a maneira que eram enterrados; e mesmo na existência dessas organizações que necessitavam arrecadar contribuições entre seus participantes para continuar a prover enterros católicos dignos.

Julio Cesar nos leva a compreender que, dentro da sociedade colonial fortemente hierarquizada, as irmandades estariam suprindo o descaso que o Estado Imperial demonstrava com estas partes da população, promovendo desta forma o desenvolvimento de relações entre estas pessoas, formando uma rede de ajuda e solidariedade. Podemos afirmar também, que a existência dessas irmandades seria um resultado da hierarquia social refletido na hora da morte, pois explicita a necessidade de haver um instrumento indireto para se fazer visto e atendido pela Igreja nos últimos momentos de vida terrestre do sujeito escravo e pobre - para aqueles que não haviam tido a oportunidade de participar de alguma irmandade e não tinham uma boa situação financeira, segundo o autor, ficava mais difícil obter um enterro nos moldes eclesiásticos. Justifica-se desse modo, a existência de diversos locais para se enterrar devotos, além do entorno e do interior da igreja,

os diferentes cemitérios destinados á parcelas específicas da população, como o Cemitério dos Pretos Novos no Rio de Janeiro, cemitérios luteranos e os promovidos pelas irmãndades.

A partir deste e de alguns outros estudos que investigam a morte na colônia, campos santos e seus significados com relação aos que neles são enterrados⁸, levantamos um questionamento sobre a população indígena colonial e como ela foi incorporada no âmbito da morte, pela religião católica. Apesar de estar em contato direto com os europeus desde os primeiros momentos da presença destes no território, a historiografia pouco se aprofundou nas investigações sobre as relações dos índios com escravos, espanhóis e portugueses, sem cair no misticismo ou nos preconceitos racialistas, produzindo quase sempre uma história indígena superficial⁹. Nesse sentido, couberam a nós as perguntas: Há casos de indígenas enterrados em lugares sagrados cristãos? O que a historiografia diz sobre isso?

Pretendemos, a partir do trabalho de John Monteiro, alargarmos nossa concepção sobre o indígena Guarani que viveu e morreu no Brasil colonial e suas formas de resistência ao domínio ibérico, levantando,

⁸MARQUES, Raquel, 2009; REIS, João José, 1991; ENGEMANN, ASSIS&FLORENTINO, 2003.

⁹ Podemos citar as análises de Ronaldo Vainfas, Vania Moreira e John Monteiro, entre outros.

através do exemplo de nossa pesquisa, hipóteses sobre o que significaria enterrar certos indivíduos indígenas em locais santos.

John Monteiro e a contribuição do indígena Guarani para a história do Brasil meridional.

Desde o século XVI, até os dias de hoje, os índios Guarani foram tema de estudos etnográficos e de História, alimentando um debate sobre de que forma esta etnia vivenciou o processo de colonização e escreveu sua própria história, e como seus remanescentes vivem hoje em dia. A contribuição do historiador e professor John Manuel Monteiro¹⁰ para o que queremos expor neste artigo, se dá a partir de seu texto “Os Guarani e a História do Brasil Meridional, Séculos XVI-XVII”, onde o autor faz uma análise sobre quais aspectos da história desses indígenas foram abordados pela historiografia brasileira e por trabalhos etnográficos, além de mostrar através de sua análise, os Guarani como autores de sua própria história a partir de seu contexto. Aos revisitá-las velhas e novas correntes de interpretação,

¹⁰ MONTEIRO, John. “Os Guarani e a História do Brasil Meridional – Séculos XVI-XVII” IN (org) CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, FAPESP, Secretaria Municipal de Cultura, 2009, página 482, apud MELIÀ, 1988.

Monteiro salienta as estratégias de preservação do “modo de ser” guarani, através de três principais assuntos, que seriam o a) o espaço e a demografia guaranítica do período anterior á colonização; b) a influência dos espanhóis e dos Jesuítas na cultura e na sociedade guarani e c) a relação entre guaranis e portugueses no contexto das invasões ás reduções jesuítas.

No âmbito da etnologia, os estudos sobre o período pré-colonial e as mudanças demográficas se mostram, para o autor, um tanto equivocadas justamente pelo uso que fazem das fontes do período: os números e as justificativas para eles mostram, muitas vezes, uma tendência a homogeneizar a ocupação territorial pelos Guarani e a influência da presença ibérica. Ao criticar estudiosos como Pierre Clastres e John Hemming por seus trabalhos sobre demografia indígena pré-colonial, Monteiro visa incentivar estudos que se utilizem dos dados numéricos disponíveis para produzir conhecimento sobre o significado do processo colonizador e sobre a história dos nativos, não se limitando a apontar o tamanho, incerto, da dizimação que ocorreu com a chegada do homem branco – o dinamismo demográfico vai muito além da dizimação, segundo o autor, e pode nos trazer informações sobre as complexas relações entre indígenas e europeus. Além disso, pouco se escreveu sobre o Guarani guerreiro, privilegiando a proximidade que a

etnia teve da religiosidade católica propagada pelos integrantes da Companhia de Jesus, deixando de explorar fontes citadas pelo autor que apontam o lado guerreiro da etnia.

Desta forma, Monteiro traz características da cultura Guarani para explorar a complexidade do âmbito espiritual e do guerreiro, através do conflito entre as figuras do cacique e do *karai*, o profeta. Ao trazer a tradução que Bartholomeu Melià apresenta para a expressão, provinda de discursos de profetas, *yvy marã ey* (“solo intacto, que não foi edificado”), Monteiro trabalha a tradição Guarani de estar constantemente procurando uma nova terra para construir sua morada. Isto ganharia outro sentido com a presença dos europeus, alimentando a fuga da tribo para locais retirados, o mais longe possível das áreas ocupadas pelos europeus – esta fuga representaria, segundo o autor, uma busca por uma renovação geográfica e espiritual. Os profetas indígenas, portanto, e sua antagonia aos caciques, são de suma importância para entendermos as relações dos guaranis entre si, com a terra e com sua própria história; o que estava posto em jogo pelo *karai* era a manutenção da tradição de nomadismo através do combate ao sistema vigente, as decisões do cacique, segundo o autor. Com a chegada dos espanhóis e portugueses, as disputas pelo poder indígena ganharam um novo elemento, pois o homem branco também foi

chamado de *karai*, o novo profeta, entrando em conflito com os interesses das lideranças indígenas¹¹.

Monteiro apresenta as relações dos caciques Guarani com os espanhóis, como algo que se mostra mais complexo do que é trabalhado pela historiografia, mostrando que os indígenas trabalhavam para os europeus a partir de um acordo que visava benefícios para as duas partes; ao cacique, por exemplo, ficava claro que o espanhol iria reunir-se á tribo quando esta precisasse de reforços em lutas contra seus tradicionais inimigos, além de fornecer os artigos estrangeiros que eram apreciados. Estas alianças capengavam quando a exploração da mão de obra indígena passava a ser de tal forma explorada, que ameaçava a liberdade e a manutenção da identidade Guarani, estando a escravidão indígena, apesar de decretada proibida, amplamente utilizada durante o século XVI. De qualquer forma, a resistência a esses acordos entre o cacique e o espanhol se mostrou (também) através do que John Monteiro chama de revoltas armadas, durante a segunda metade do século XVI, que possuíam forte cunho místico e profético: seus líderes utilizavam vestimentas que lembravam as dos padres, usando nomes e

¹¹ MONTEIRO, John. “Os Guarani e a História do Brasil Meridional – Séculos XVI-XVII” IN (org) CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, FAPESP, Secretaria Municipal de Cultura, 2009, página 482, apud MELIÀ, 1988.

sacramentos como simbologia de resistência, um batismo ao contrário, livrando o índio da doutrina cristã e dos deveres para com o estrangeiro¹².

Muito cara a nós é o posicionamento crítico de Monteiro em relação á historiografia durante todo o texto, apontando caminhos até então inexplorados. Quando fala da “historiografia jesuítica”, é ressaltado o papel inferior que se atribui ao indígena, que teria dificuldade de acompanhar as classes de catequese, perante á doutrina inaciana, soberana. A insistência nesses paradigmas empobrece a análise, produzindo estudos incompletos que, se por vezes encaram o indígena como sujeito ativo na história, não investigam sobre a formação das aldeias reducionistas e as dificuldades de se organizar estes espaços num território complicado de lidar, interpretando a Companhia de Jesus como uma instituição completamente independente e detentora de poder absoluto no âmbito religioso colonial. Desta forma, entendemos que é necessário produzir trabalhos de História que se comprometam a investigar de forma mais completa e aprofundada o contato entre nativos e europeus, e que busquem propor um novo viés de interpretação sobre os vários fatores que determinaram essa relação. Entendemos que compreender as posições ocupadas pelos

¹² Idem, página 485.

indígenas, não Guaranis inclusive, na dinâmica das relações sociais, e enxergar em seus modos de agir o protagonismo de povos que construíram a cultura e a nação brasileira, é de importância crucial na criação da visão de mundo e da memória de todo cidadão brasileiro.

A Distribuição espacial dos enterramentos de índios Guarani na Jurisdição de Rio Grande de São Pedro, 1738/1763

Nosso trabalho de conclusão de curso se desenvolve justamente através desta discussão sobre as várias formas de resistência dos indígenas, que compreendemos terem sido expressadas para além de revoltas armadas, mas também em ações cotidianas que fizeram com que o colonizador se adaptasse a algumas tradições indígenas, visto que, ainda segundo John Monteiro, os padres jesuítas tiveram de desenvolver um sistema de concessão, que admitia a existência de certas práticas Guarani dentro das aldeias de redução. O autor também afirma que, uma possível justificativa para a grande adesão dos Guarani à estas aldeias seria a possibilidade de fugir do trabalho forçado imposto pelos civis brancos, uma maneira de resistir ao que estava sendo posto naquele momento. Nossa pesquisa, portanto, levanta hipóteses de como os Guarani utilizaram desta religiosidade católica que entraram em

contato para sobreviver dentro do sistema criado e imposto por espanhóis e portugueses.

Para tanto, escolhemos o documento paroquial “Primeiro Livro de Óbitos de Rio Grande de São Pedro”, cidade do Rio Grande do Sul, como nossa fonte. Entramos em contato com este livro através de fotos armazenadas em um CDROM, pertencente ao Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses (CEDOPE)¹³, centro vinculado á UFPR. A intenção era, a partir do mapeamento dos locais onde indígenas, escravos e forros foram enterrados, observar como se dava a distribuição das sepulturas dessa parcela da população, as similaridades e as diferenças com relação ao que a bibliografia nos apresenta. O Primeiro Livro de Óbitos da Jurisdição de Rio Grande de São Pedro cobre os 25 primeiros anos da localidade, de 1738, ano da fundação da Fortaleza militar localizada em área de fronteira entre o território clamado por Portugal e o ocupado por Espanha, até 1763, ano da invasão dos castelhanos¹⁴. Esta temporalidade é expressiva, uma vez que durante esse período passaram pela localidade indígenas de várias etnias, escravos africanos e afro-descendentes, assim como famílias de

¹³ <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/>

¹⁴ QUEIROZ, M. L. B., “A Vila do Rio Grande de São Pedro – 1737/1822” Rio Grande do Sul: Editora da Furg, 1987.

militares portugueses e imigrantes das ilhas dos Açores; a presença de todos esses indivíduos sociais nos fornece um dinamismo de campos santos cuja análise será aprofundada de maneira mais completa com o desenvolvimento da nossa monografia.

Por agora, os dados que coletamos da fonte, que seriam referentes aos dez primeiros anos de registros de óbitos (1738/1749), nos trazem os seguintes resultados: a população indígena que faleceu nesse período soma 44 indivíduos, 13 mulheres e 31 homens; dentre eles, três eram inocentes¹⁵. Esse contingente foi sepultado em diferentes locais, a saber, a Igreja Matriz de Jesus Maria Jozé, principal destino para enterramentos durante os quinze primeiros anos da localidade, e o Adro desta Matriz, o espaço que se configurava no entorno do edifício da igreja, o Cemitério da Praia, o Cemitério Forte São Miguel e a Capela Santa Anna. De maneira a situar estes sepultamentos dentro da configuração da localidade, reunimos os dados obtidos sobre os escravos cujas mortes foram registradas pelo pároco local. Dos 43 escravos falecidos, 17 eram mulheres e 26 eram homens, e

¹⁵ Segundo Rachel Marques, “O termo *inocente* era utilizado para designar pessoas que já tivessem recebido o batismo, mas ainda não tivessem feito a primeira comunhão (geralmente pessoas entre 0 e 7 anos) (...).” MARQUES, Rachel dos Santos. A mortalidade de inocentes escravos em São Francisco de Paula (1812-1834). Trabalho de conclusão de curso - Licenciatura plena em História, UFPel, Pelotas, 2009.

compartilhavam sepulturas com os indígenas no interior da Matriz, no Adro e no Cemitério da Praia, surgindo nesse momento outros dois novos locais de inumação, a Igreja Nossa Senhora do Rosário e o Cemitério da Borda. Para nós compreendermos de forma mais concreta, o que significava esta amostra de indígenas e escravos falecidos, em termos de porcentagem demográfica, nos será necessário recorrer a fontes que possam nos apresentar uma noção aproximada da quantidade de habitantes residentes no local, neste período.

A partir destes dados observamos a diversidade de locais de enterramento na área de Rio Grande de São Pedro, que pode ser resultado tanto da vasta área que estava sob a mesma jurisdição (dificultando, por exemplo, que se enterrasse no Cemitério da Praia um sujeito que falecesse muito longe dali), mas também pode significar a atuação de irmandades organizadas por indígenas e escravos, que tivessem erigido capelas através da contribuição de seus componentes. Em nossa documentação, ainda não obtivemos informações precisas sobre a existência e a participação de indígenas em irmandades, na parcela meridional do território brasileiro. Outra observação a se fazer a partir destes dados seria que desses 44 indígenas, nove foram identificados da etnia Tape, índios Guarani conhecidos por conta da região missionária de mesmo nome que fizeram parte, ao longo do

século XVI¹⁶ - destes nove indivíduos, cinco eram mulheres e quatro homens; das cinco mulheres, quatro eram casadas em vida. Há de se observar também, em primeira análise, que a maioria dos registros não traz a etnia do falecido, salvo estes Tape e um Minuano, sepultado no Adro da Matriz, em 1749.

Se analisarmos somente os índios Tape, temos cinco indivíduos sepultados no Adro da Matriz, três no interior desta e um no Cemitério da Praia. Fomos levados a perguntar o por quê dessas ocorrências, uma vez que a maioria dos indígenas que “não possuíam” etnia, foram enterrados no Cemitério, como podemos ver a seguir, na **Tabela 1:**

¹⁶ MONTEIRO, John. “Os Guarani e a História do Brasil Meridional – Séculos XVI-XVII” IN (org) CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, FAPESP, Secretaria Municipal de Cultura, 2009.

Tabela 1

Locais de Sepultamento	Índios “sem etnia”	Índios Tape	Total
Interior da Matriz	3	3	6
Adro da Matriz	4	5	9
Cemitério da Praia	20	1	21
Cemitério Forte São Miguel	1	0	1
Capela Santa Anna	1	0	1

Percebemos uma hierarquia nessa distribuição de sepulturas, e nossos questionamentos acerca giram em torno de várias hipóteses. Uma delas seria sobre o significado social que estes Tape possuíam naquela localidade, visto as já trabalhadas estratégias sociais e familiares correntes na sociedade de Rio Grande, na tese de doutorado de Martha Daisson Hameister¹⁷. Seguindo o que foi apresentado aqui sobre a hierarquia fúnebre católica, entendemos que os locais

¹⁷ HAMEISTER, Martha Daisson. Para dar calor á Nova Povoação: Estudo sobre Estratégias sociais e Familiares a partir dos Registros Batismais da Vila do Rio Grande (1738-1763). 474 p. (Tese Doutorado História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

destinados a sepultar considerados mais sagrados eram justamente estes ocupados pelos indígenas Tape – uma atribuição de valor de cunho pessoal, devido á atuação “individual” destes em sociedade? Ou reflexo do conhecimento do passado católico destes guaranis, uma vez que dentre eles, havia quatro mulheres casadas? De que maneira um território pertencer á fronteira influencia na distribuição de sepulturas para a parcela mais carente da sociedade?

Mais do que isso, será que as várias etnias indígenas utilizavam do instrumento da Irmandade como forma de garantir uma boa morte para os seus familiares? E qual era a importância de um enterramento cristão para o indígena? Estas e outras perguntas serão desenvolvidas durante o nosso trabalho de conclusão de curso.

Partindo das considerações de John Monteiro e Julio Cesar M. P. da Silva, e historiadores como Martha Daisson Hameister, João José Reis, Manolo Florentino, entre outros, percebemos a sociedade colonial brasileira muito mais complexa e dinâmica do que a historiografia brasileira clássica explorou. As relações sociais entre indivíduos de origens as mais diversas possíveis (portugueses, espanhóis, escravos, forros, indígenas, mestiços, administrados, livres, religiosos, imigrantes...) e que acabaram compartilhando do mesmo espaço físico, podem e devem ser investigadas com o objetivo de produzir estudos

que tragam um novo olhar sobre os primeiros séculos dessa história, dando vozes aqueles que pouco foram ouvidos nessa trajetória. Ao problematizarmos a memória criada sobre os indígenas até então, foi possível interpretar de outra forma a fonte paroquial, procurando compreender os vários discursos que estavam se relacionando e se expressando no material.

Fonte

Primeiro Livro de Óbitos de Rio Grande de São Pedro (1738/1749)

Bibliografia

HAMEISTER, Martha Daisson. Para dar calor á Nova Povoação: Estudo sobre Estratégias sociais e Familiares a partir dos Registros Batismais da Vila do Rio Grande (1738-1763). 474 p. (Tese Doutorado História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006

ENGEMANN, Carlos; ASSIS, Marcelo de; FLORENTINO, Manolo. “Sociabilidade e Mortalidade escrava no Rio de Janeiro – 1720/1742” IN MACHADO, Cacilda, FLORENTINO, Manolo. *Ensaios sobre a Escravidão I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003 .pp.189-200.

MARQUES, Rachel dos Santos. A mortalidade de inocentes escravos em São Francisco de Paula (1812-1834). Trabalho de conclusão de curso - Licenciatura plena em História, UFPel, Pelotas, 2009.

MONTEIRO, John. “Os Guarani e a História do Brasil Meridional – Séculos XVI-XVII” IN (org) CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, FAPESP, Secretaria Municipal de Cultura, 2009.

QUEIROZ, M. L. B., “A Vila do Rio Grande de São Pedro – 1737/1822” Rio Grande do Sul: Editora da Furg, 1987.

REIS, J. J. A Morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

SILVA, Júlio César M. da, “Religiosidade e Morte: lugares fúnebres no Rio de Janeiro dos séculos XVIII a XIX” IN *À Flor da Terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Editora Garamond 2007, pp 31-183.